

## ASPECTOS DA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA

### ASPECTOS DE LA HISTORIA DE LA ALIMENTACIÓN ESCOLAR EN LA PRIMERA REPÚBLICA BRASILEÑA

Francine Nogueira Lamy Garcia PINHO\*  
Silvia Alicia MARTÍNEZ\*\*

**Resumo:** Este texto pretende traçar uma trajetória da alimentação escolar brasileira na Primeira República – especialmente nas três primeiras décadas do século XX – e entender a oferta desta refeição como fruto de ações que visavam a proteção à infância carente, principalmente pelos esforços da sociedade civil, com esparsas iniciativas dos governos estaduais. O conjunto de fontes históricas utilizadas envolve notas jornalísticas, relatórios e legislação do período pesquisado, permeado por análises de diferentes autores sobre o contexto tratado. É possível perceber que gradativamente a alimentação tornou-se elemento importante ao sistema de ensino. Ainda que reconhecida a importância da alimentação escolar, houve dificuldades em ampliar sua oferta para todas as escolas, continuando a caridade social como única responsável por ela neste período histórico.

**Palavras-chave:** História da Alimentação Escolar; Primeira República brasileira; Caixas Escolares

**Resúmen:** Este texto pretende trazar una trayectoria de la alimentación escolar brasileña en la Primera República – especialmente en las tres primeras décadas del siglo XX – y comprenderla como resultado de acciones a favor de la protección de los niños necesitados, como resultado de esfuerzos de la sociedad civil, ya que eran escasas las iniciativas del ámbito gubernamental. El conjunto de fuentes históricas utilizadas incluye notas periodísticas, informes y legislación del período estudiado, y el análisis se apoya en diferentes autores que abordan el contexto tratado. Es posible percibir que los alimentos se han convertido gradualmente en elemento importante en el sistema educativo. Aunque reconocida la importancia de las comidas escolares, hubo dificultades para ampliar su oferta a todas las escuelas, continuando a ser la caridad social la única responsable por ello.

**Palabras clave:** Historia de la alimentación escolar; Primera República brasileña; Cooperativas Escolares

A chegada da República no Brasil tinha ares de mudança, mas sofria para conseguir modificar significativamente a situação dos brasileiros os quais em grande proporção viviam em condições precárias. A escola, como reflexo da sociedade, também não sofreu modificações importantes com a passagem do Império para a República, pois

---

\* Doutora em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF-RJ; Bolsista Recém-doutor no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da UENF; Artigo baseado na tese de doutorado financiada parcialmente com bolsa de doutorado da CAPES; e-mail: francinepinho@hotmail.com.

\*\* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Professora Associada do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL) do Centro de Ciências do Homem (CCH) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF-RJ; e-mail: silvia-martinez@hotmail.com.

apesar de ter mudado o panorama político, o movimento da escolarização “continuou a ser mantido de acordo com a disciplinação formulada pela sociedade aristocrática e escravocrata que caracterizou o Império” (NAGLE, 1974, p. 283).

Foi nesse cenário de poucas mudanças e de penúria de grande parte dos alunos das escolas públicas brasileiras que a alimentação escolar – ou merenda escolar, como era denominada na época – foi sendo percebida como promotora da frequência escolar, bem como fator de melhoria do rendimento dos alunos. Este ideário de saúde vinculada à educação também foi defendido pelo Higienismo e foi apontado como de responsabilidade do médico escolar. Este modelo era então praticado amplamente nas escolas europeias.

O presente artigo apoia-se na ideia de que as ações caritativas tornaram-se gradativamente uma preocupação governamental, na formação do que seriam as políticas sociais (PASSETTI, 2008, p. 350). Há de se ressaltar que, durante a Primeira República no Brasil, tais ações se referem aos governos estaduais, sobretudo no que concerne à organização da escola e ao oferecimento das refeições escolares. Isto se pode afirmar porque a “proposta federalista organizava o novo regime em bases descentralizadas, dando às antigas províncias, agora transformadas em estados, maior autonomia e controle fiscal”, deixando de lado a “crença no centralismo monárquico como agente de coesão nacional” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 320).

Era então corrente o ideário, defendido por intelectuais da virada dos séculos XIX para o XX, de que para “superar o atraso econômico e social que acoitava o país era preciso transformar as práticas, os costumes e os valores que organizavam o viver dos indivíduos” e a escola exercia bem este papel de “moldar o caráter e a moral, prescrevendo condutas e proferindo ensinamentos higiênicos” (CAMARA, 2011, p.21). A alimentação estava na arena das discussões sociais embasadas no conhecimento científico higienista e também era utilizada para moldar comportamentos e favorecer o aprimoramento social. E foi em nome deste aprimoramento que a medicina e a higiene foram fundamentais na intervenção nas escolas (PAULILO, 2012).

O texto objetiva abordar parte da trajetória inicial da alimentação escolar brasileira durante a Primeira República – especialmente nas três primeiras décadas do século XX – entendendo esta refeição inicialmente como fruto da proteção à infância carente realizada pelos esforços da sociedade civil. A atenção principal desta pesquisa se volta para as fontes relacionadas à capital federal e, portanto, não se tem a pretensão de representar a realidade do país como um todo, visto que o olhar pormenorizado de fontes locais pode mostrar um panorama diferente.

O conjunto de fontes históricas utilizadas neste trabalho envolve notas jornalísticas, relatórios e legislação da época pesquisada, permeado por análises de diferentes autores sobre o contexto tratado. A grafia utilizada aqui é apresentada *ipsis litteris* acompanhando os originais consultados. Acredita-se que os jornais e revistas são fontes históricas de suma importância na medida em que estes impressos “não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). O esforço na reunião das fontes foi imprescindível diante da dificuldade de acesso e escassez de registros sobre a oferta da alimentação escolar no período anterior à década de 1940 (COIMBRA; MEIRA; STARLING, 1982).

Pela documentação levantada neste estudo é possível perceber que gradativamente a presença da merenda foi se tornando um elemento importante ao sistema de ensino, e que a gratuidade permaneceu constante na oferta desde o início. Houve dificuldades em ampliar a oferta para todas as escolas e, pode-se afirmar que no período analisado, ainda que reconhecida a importância da alimentação escolar, a caridade social era a única responsável por elas.

É importante ressaltar que a intensa ligação da merenda escolar com a vulnerabilidade era reforçada, nos primórdios da oferta, porque as crianças que comiam a refeição oferecida eram somente aquelas que tinham dificuldades socioeconômicas. Desse modo, pode-se dizer que ao merendar o aluno assumia a condição de carência, tanto financeira como nutricional<sup>1</sup>. Considerando que uma refeição, sua qualidade e sua procedência, podem ser entendidas como “expressão direta de pertencimento social”, dele sendo derivada ou revelada por ele (MONTANARI, 2013, p. 125), afirma-se que a trajetória histórica da alimentação escolar brasileira proporcionou sua caracterização de pertencimento social dos alunos carentes, vinculando esta política social com a benemerência da sociedade civil (MARTÍNEZ; PINHO, 2016).

### *Em favor da Infância Pobre*

Com o intuito de “reduzir a delinquência e a criminalidade” (PASSETTI, 2008, p. 348) da população infantil pobre a alimentação escolar passa a fazer parte de um conjunto de medidas dos governos. Timidamente começaram a surgir algumas instituições, além das caixas escolares ou associadas a ela, com caráter de benemerência, que assistiram aos alunos carentes. A assistência cobria a merenda escolar, vestuário e materiais de estudo e se mantinha com financiamento da sociedade civil. Havia um sentimento denotado nas

notas jornalísticas sobre o papel da sociedade na caridade de ofertar recursos que permitissem os pobres a frequentarem as escolas. É possível ver tal sentimento em uma nota, publicada em 1908, sobre a inauguração de uma instituição criada para a assistência das crianças carentes que oferecia uma refeição no período escolar. A nota intitulada *Em favor da Infancia Pobre* foi publicada pelo jornal *O Paiz*, jornal tradicionalmente oficioso do governo da República (GOMES, 2005, p.145), no dia 31 de agosto de 1908.

O Dr. Estevão Pinto, Inspector escolar de Bello Horizonte, acaba de fundar naquela capital a Sociedade Protectora dos Meninos Pobres das Escolas. Tem a nova associação por fim proteger as crianças pobres das escolas, fornecendo-lhes merenda diária, roupas com que possam frequentar os cursos primarios, e remedios e assistencia medica, em caso de molestia.

O fundo para manutenção dessa utilissima sociedade será conseguido do favor publico, pelo impulso generoso dos espíritos bemfazejos, compenetrados no alto dever de proteger e encaminhar a infancia pobre (EM FAVOR DA INFANCIA POBRE, 1908, p. 2).

Ainda assim a maioria das escolas nesse período ainda não ofertava alimentos para os alunos, sendo estes levados pelos próprios estudantes. É sabido isto porque a qualidade dos alimentos levados e do local da realização das refeições dentro das escolas vinha sendo questionada. No periódico médico mensal chamado *Educação e Pediatria*, publicado no Rio de Janeiro, o autor veiculou em junho de 1913 um artigo de repúdio à merenda escolar nos moldes que então se configurava. O artigo denominado *O horario nas escolas publicas municipaes* estava na seção de notas e foi assinado com as iniciais A.F. Segundo a nota, o horário das escolas de ensino primário – de início de 9h às 14h, com posterior mudança de 10h às 14h, segundo a mesma fonte – dificultava a ocorrência do almoço na casa do aluno antes de ir para a escola e permitia que este comprasse alimentos não saudáveis para comerem no intervalo das aulas. O artigo diz:

Ninguem mais carece de regularidade nas refeições do que as creanças, cujos estomagos ainda não possuem a plenitude de todas as glandulas de defesa, nem as imunidades adquiridas pelos adultos. Os incommodos gastricos nas creanças, frequentemente degeneram em febres typhoidéas ou graves enterites, e, se formos assignalar outros inconvenientes da alimentação das creanças fora da immediata inspecção dos pais, teremos de referir numerosos casos de intoxicações, devido a gulodices, compradas em immundos taboleiros, no percurso da escola, porque, na pressa de sair de casa, sem tempo do escolar ingerir um nutriente almoço, a mãi amorosa deu imprudentemente alguns nickeis ou vintens, permitindo que o filho comprasse no doceiro da rua algumas guloseimas para a merenda na hora do recreio. [...]

As creanças devem se alimentar sob a vigilancia dos pais, com alimentos escolhidos e sadios, preparados convenientemente; é esse o unico meio de evitarmos os perniciosos vicios de alimentação, que

deterioram a saúde, e quando não aniquilam, deformam o organismo [...] (O HORARIO NAS ESCOLAS, 1913, p.64).

Como complementação do artigo, houve uma nota da Redação (“N. da R”) da revista, neste mesmo número, dizendo, que após diversas especulações a respeito do horário do intervalo e a possibilidade de os alunos almoçarem antes de irem à escola, o mesmo foi modificado provisoriamente pelo Diretor de Instrução Pública.

Ainda que raras, podiam ser encontradas algumas iniciativas governamentais de oferta de refeições preparadas pela própria escola. No jornal *Correio Paulistano* datado de 28 de janeiro de 1913, havia a menção de uma instituição criada pelo governo do estado de São Paulo. Denominava-se *Sopa Escolar* e haveria de ter a mesma função da, então registrada em outras falas, *Merenda Escolar*. O jornal apregoava que este empreendimento público na Escola Profissional Masculina de São Paulo era o primeiro do gênero no Brasil, mas em outra data eles se retratam dizendo que várias outras cidades vinham empreendendo forças na assistência dos alunos pobres.

O ilustre Secretario do Interior, sr. Dr. Altino Arantes, creou ha dias em S.Paulo uma instituição, a primeira que aparece no Brasil neste genero, cujos propositos obedecem aos mais elevados sentimentos de philantropia: a *sopa escolar*.

Muitas crianças que frequentam as nossas escolas não podem, pela sua extrema pobreza, levar consigo o *lunch* que todas costumam tomar num dos intervallos das aulas. Assim, passam horas e horas sem alimento, enquanto que as suas companheiras, mais favorecidas pela sorte, se reconfortam com a refeição cuidadosamente preparada em casa pelas suas mães.

A “Sopa Escolar” destinada a dar esse alimento ás crianças pobres veio caridosamente lembrar-se das crueis necessidades desses pequeninos (SOPA ESCOLAR, 1913, p. 6).

Em 09 de março deste mesmo ano (1913) foi inaugurada a então noticiada *Sopa Escolar*. O mesmo jornal se incumbiu de noticiar como foi o evento que teria contado com autoridades políticas e professores, além dos alunos da escola. Como o próprio nome sugere, era oferecida uma sopa preparada na própria escola pelo servente da mesma. Houve discurso de um professor e de um aluno. São destacadas as palavras do aluno Abelardo Alves.

[...] Esta instituição, além de garantir-nos o vigor da nossa saúde e o desenvolvimento physico, vem, para a maioria dos meus colegas, facilitar-lhes o estudo e o apprendizado.

Assim fazem os governos amigos do povo; e, nós, filhos do povo, saberemos sempre amar e guardar na lembrança o nome dos que não se esquecem dos operários, daquelles que são a verdadeira base da pátria.

Em nome dos alumnos desta escola, eu saúdo o sr. dr. Altino Arantes (NA ESCOLA PROFISSIONAL, 1913, p.2).

É possível perceber que a oferta de refeições, vestuário e livros estava cada vez mais associada à frequência escolar e, mais uma vez, entendida como de responsabilidade da sociedade caridosa para com a infância desvalida. Na revista *Educação e Pediatria*, citada anteriormente, em junho de 1913, o autor enalteceu a iniciativa da sociedade civil em prol da criação da oferta de merenda em escolas mineiras.

Centenas e centenas de creanças pobres que, até então, não podiam frequentar as escolas por falta de livros e de roupas estão sendo humanitaria e patrioticamente amparadas por estas caixas beneficentes.

Agora surge no Estado de Minas uma nova iniciativa, fructo espontaneo de alguns habitantes de Rio Preto, que crearam junto ao Grupo Escolar da cidade a “Merenda Escolar”, a exemplo da “Sopa Escolar” que já existe em S. Paulo. Esta nova instituição tem como objectivo fornecer ás creanças, na hora do recreio escolar, a merenda que ellas tanto apreciam e que nem todas podem sempre saborear. É uma sympathica medida que contribue, innegavelmente, para o bem-estar moral e physico da criança (“MERENDA ESCOLAR” DE RIO PRETO, 1913, p. 66).

Havia um contexto em que cada vez mais alimentar as crianças no ambiente escolar em prol da frequência começava a transparecer no Brasil. Entretanto, de acordo com a observação dos documentos, desde o começo do século XX até a criação oficial da política de alimentação escolar em 1955, fica claro que estas iniciativas, de forma alguma, são homogêneas e/ou expressam uma tomada de responsabilidade do governo federal, coerente com o contexto político de então. Até o Estado Novo, a organização dos grupos escolares seguira diversas diretrizes de acordo com o que determinavam os estados por meio dos seus “Departamentos de Instrução Pública para os níveis de ensino primário, profissional e normal: herança da divisão entre os poderes provinciais e imperial ocorrida em 1834” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.28). Tal característica também se pôde ver na merenda escolar.

### *Caixas Escolares*

As “caixas beneficentes” referidas na nota anteriormente analisada se tratam das Caixas Escolares que tiveram inspiração advinda do modelo das Caixas Escolares francesas. Em 1879, por iniciativa de Carlos Leôncio de Carvalho (1847-1912), Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, fora decretada uma legislação na qual, entre outras importantes (e pretensas) modificações educacionais, apresentava-se a

criação de Caixas Escolares para assistência aos alunos mais carenciados (BRASIL, 1879). Contudo este decreto não teve uma efetividade prática, nem no aumento de escolas primárias – ao qual se propunha – nem no funcionamento das Caixas (CARVALHO; BERNARDO, 2012)<sup>2</sup>.

Já no período republicano, estas instituições se apresentaram efetivamente no Brasil por iniciativa dos estados durante as décadas seguintes. Em 1911, no estado de Minas Gerais, uma lei conhecida por Lei Bueno Brandão, legislou sobre diretrizes para sua regulamentação no estado mineiro. O financiamento destas caixas era realizado com recursos diversos, como “jóias e subvenções pagas pelos sócios”, entre outros (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 147). Outra fonte de financiamento das Caixas Escolares era a soma das multas referentes aos pais que sofressem penalidade por não cumprirem com a obrigatoriedade escolar prevista na lei.

Eventualmente havia uma participação financeira em alguma caixa escolar advinda da câmara municipal de alguma cidade, mas esta participação não tinha frequência prevista em leis. Há relatos sobre esta atividade das câmaras em alguns jornais de então. As Caixas Escolares tinham objetivos referentes a promover a “assiduidade escolar e sua atuação era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p.147) e, na quase totalidade dos casos, estavam associadas com a oferta da merenda escolar, sendo referenciadas até como condicionante da sua oferta. Eram também utilizadas para comprar objetos escolares e medalhas dados aos alunos mais assíduos.

A imprensa da primeira década do século XX noticiava a criação de diversas Caixas Escolares nos Grupos Escolares recém-formados. Era, de maneira geral, de forma entusiástica que se davam notícias sobre crianças que viriam a ser beneficiadas pela caridade da sociedade civil. Em 20 de novembro de 1913 houve um informativo do jornal *O paiz* sobre os grupos escolares e as caixas. Em um trecho o autor diz: “Os particulares vão compreendendo bem os elevados fins desta iniciativa dos poderes públicos e, com patriotismo e entusiasmo, auxilia-nos da sua tarefa com a mais franca e expressiva adesão á sua attitude em pról da remodelação social pelo ensino” (OS GRUPOS E AS CAIXAS ESCOLARES, 1913, p.9).

Destaca-se deste trecho o fato de que o autor considerou que a tarefa do poder público foi tornar obrigatória a existência de Caixas Escolares nos Grupos Escolares, enquanto a sociedade civil ao redor da escola era a responsável por manter financeiramente a instituição funcionando em prol da frequência escolar. Quanto maior a caridade, maior a efetividade da política. Este pensamento de cunho liberal era repetido

em diversos jornais. Em muitas notas jornalísticas a Caixa Escolar é referenciada como fruto da benemerência social e responsável por manter a frequência escolar de então.

Ressalta-se que este tipo de instituição com caráter de assistência mútua era comum na primeira década do século XX. Como explica José Murilo de Carvalho (2002, p. 103), a maioria das associações neste período, mesmo aquelas consideradas mais modernas, tinha caráter assistencial e desta forma, a “luta da liderança radical contra o assistencialismo, o cooperativismo, era árdua e frequentemente inglória”. Conclui-se que por tal razão fosse tão comum o consentimento da sociedade em coparticipar da política de aumento da frequência escolar.

Havia caixas com maiores e outras com menores recursos e a ajuda para as crianças mais carentes e a premiação para aquelas mais assíduas dependia da arrecadação financeira realizada pela direção da caixa escolar, composta geralmente pelos professores e diretores da escola interligada à caixa. Parece que a discussão sobre a ideia de proteção garantida pelo Estado, com financiamento dele, ainda era dispersa e a proteção aos alunos oferecida pelas caixas escolares era direcionada apenas aos mais pobres.

Mesmo a imprensa crítica, como o jornal *A Epoca*, ratificava a ideia de responsabilidade da sociedade civil no processo de escolarização. No dia 27 de agosto de 1915 são mencionadas ações em prol das caixas escolares no qual afirmava que “esses caridosos institutos dignos da continua proteção do commercio e das outras classes mais abastadas. Dar o vestuário ás creanças, offerecer-lhes a merenda escolar, é praticar um acto de caridade” (CAIXAS ESCOLARES, 1915, p. 5). Em outra ocorrência jornalística, em novembro de 1919, a nota faz um agradecimento por evento beneficente em prol das refeições escolares, dizendo “O diretor do grupo escolar de Parahybuna foi autorizado a agradecer, em nome do governo, ás pessoas que concorreram para a realização de um espetáculo em beneficio da ‘Merenda Escolar’” (CORREIO PAULISTANO, 1919, p. 1). É possível perceber que nesse período do início do século, a alimentação dos filhos dentro da escola ainda era fruto do esforço dos pais ou da caridade alheia.

#### *Saúde, doença e refeições escolares*

Destaca-se que, neste contexto histórico, a saúde e a educação apresentavam-se para os promotores destas iniciativas como “indissociáveis” (CARVALHO, 2006, p. 305), fazendo com que este pensamento promovesse um movimento político, o qual estreitou a relação entre estas duas áreas do conhecimento e facilitou a promoção de políticas sociais com o viés higienista, refletido na alimentação escolar.



No que concerne à qualidade nutricional, as refeições oferecidas nas escolas e instituições escolares no geral ainda eram muito monótonas. Tal fato pode ser corroborado pelo relato do diretor da Escola Correccional Quinze de Novembro, o recém-formado médico Julio Oscar de Novaes Carvalho (1875-1962), no seu relatório de atividades do ano de 1904. O seu autor questionou as ações realizadas pela Diretoria de Saúde Pública com o intuito de combater o beribéri. O Dr. Novaes Carvalho descreveu que tais ações de combate a esta doença foram realizadas como se esta doença fosse transmitida por um mosquito e que por tal motivo haveria insucesso no combate. Ele frisou “dada a hypothese que o vector fosse o mosquito, o que contesto, e hei de provar que não é, o expurgo feito ficou sem sentido e absurdo” (CARVALHO, 1905, p.5).

De acordo com o extenso relatório, os engenheiros sanitários da Direção de Saúde Pública do Distrito Federal teriam ido à escola em que Novais Carvalho era o diretor e disseram que a proliferação do beribéri era causada por mosquitos que estariam se proliferando no terreno anexo ao prédio escolar (pertencente à escola) e pela falta de ventilação adequada nos alojamentos. Acompanhando o texto do relatório, nota-se que o diretor contradisse a opinião dada pelos engenheiros porque, segundo ele, a simetria das janelas fornecia ventilação adequada e que não poderia ser o mosquito o vetor da doença já que nenhuma pessoa da vizinhança toda tinha os sintomas.

Em seus argumentos, o diretor em questão reafirmou a necessidade da construção de uma área de isolamento e justificou que o beribéri tinha uma causa controversa e não esclarecida pela ciência de então. O diretor utiliza o diagnóstico realizado pelo médico escolar responsável pela instituição para endossar suas providências, as quais dependiam da liberação financeira do Ministério da Justiça. As medidas requisitadas para a prevenção da propagação da doença eram diversas, das quais se destacam as três primeiras: “A – Isolar todo o beriberico, o que importa em tratá-lo fora do foco de sua intoxicação; B – Variar, tanto quanto possível fôr, a alimentação dos alunos; C – Construir um banheiro com um serviço completo de duchas [...]” (CARVALHO, 1905, p. 15). As medidas destacadas acima tentavam abarcar as possíveis causas do beribéri, incluindo sua causa hoje determinada, a monotonia alimentar.

Atualmente se sabe que o beribéri é uma doença nutricional causada pela deficiência de vitamina B1 (Tiamina) que acomete essencialmente as pessoas com uma alimentação precária<sup>3</sup>. Porém, é interessante observar que, como afirma Nanci Leonzo (2012, p.88), havia no começo do século XX uma confusão em relação às causas da doença. Apesar de alguns médicos ingleses (residentes nas colônias inglesas) afirmarem que se tratava de uma anemia grave, a maioria dos cientistas de então acreditava ser esta

uma “uma doença epidêmica e contagiosa caracterizada, genericamente, pela gradativa paralisia muscular”. A presença relatada pelo médico e diretor da escola supracitada retrata que as crianças atendidas pela Escola Correccional Quinze de Novembro apresentavam os sintomas do beribéri e neste sentido, supõe-se que elas tinham uma alimentação não variada o suficiente. A doença era comum em asilos, orfanatos, além de tripulações que ficavam muito tempo no mar (LEONZO, 2012).

### *Higiene e alimentação escolares*

A higiene escolar tomava corpo no começo do século XX no Brasil e a matriz de pensamento francesa também era acompanhada neste campo. Em 1910, o prefeito do Rio de Janeiro, Serzedello Corrêa (1858-1932), anunciou que para atender o convite da organização francesa do III Congresso de Hygiene Escolar, que aconteceria em Paris, enviaria dois representantes como delegados, o Dr. Eugenio Guimaraes Rebello (1848-1922) e Dr. Manuel Curvello de Mendonça (1870-1914) (CONGRESSO DE HYGIENE ESCOLAR, 1910, p.1). A alimentação teve lugar no discurso de abertura do Congresso, quando o representante do Ministério da Instrução Pública da França, Dr. Louis Landouzy (1845-1917) declarou que assunto de extrema importância na pedagogia era a alimentação racional de crianças e adolescentes, sendo de grande interesse os trabalhos produzidos tanto na França como em outros países sobre as cantinas escolares (CONGRÈS INTERNATIONAL D’HYGIÈNE SCOLAIRE 3º, 1910, p.109).

Segundo Nagle (1974, p.240), desde a virada do século, a formação cívica e moral formaram as bases da nacionalidade como remédio para o ambiente pessimista que “dominou o País pouco depois da proclamação da República que, de resto, significou o desgaste da ilusão República-Educadora”. Os esforços na formação de um nacionalismo mais consistente consideravam a educação como “a grande promessa regeneradora do povo (abandonado no analfabetismo e na ignorância generalizada) e de construção da nação” que gradativamente estava mais urbana e industrializada (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010, p. 221). Desta forma, a elite, embasada na confiança pela ciência, atribuiu ao pensamento higienista a responsabilidade em amainar as agruras as quais vinham sendo arrastadas desde o Império e que a transformação do regime não conseguira ainda solucionar.

Como consequência desta influência, os médicos passaram a ocupar cargos em diversas áreas na sociedade brasileira (ARAÚJO, 2011), inclusive nas escolas. Estes profissionais tinham funções exercidas com base na higiene escolar, tanto como médicos-inspetores como na diretoria da escola, o que teria influenciado diretamente a oferta das

refeições escolares. A infância passou a ter um interesse especial como “objeto de conhecimento e investigação” e a Inspeção Médico Escolar foi um órgão de protagonismo neste enredo (ROCHA, 2015, p. 372). No então Distrito Federal, foi criado o primeiro Serviço de Inspeção Médico Escolar brasileiro “pelo Decreto 788 de 09 de outubro de 1910” (MORAES; LEITE, 2015, p.206). Após algumas menções legais em 1914 (Decreto 981 de 02 de setembro) e em 1915 (Lei 1.726 de 30 de dezembro), o regulamento da Inspeção Médica Escolar foi publicado em 29 de janeiro de 1916 pelo Decreto nº 1.058. Em São Paulo, a criação do Serviço de Inspeção Médico Escolar aconteceu no ano de 1911 e em 1916 ocorreu sua transferência de responsabilidade para o Serviço Sanitário para a Diretoria Geral da Instrução Pública.

Era designada como função do Serviço de Inspeção Médica Escolar “velar pela saúde da população escolar (alunos, mestres, serventurios), pela salubridade das praticas por elles exercidas e dos locais onde estas se exercem” (RIO DE JANEIRO, 1916). Por ser uma prática escolar, a merenda, trazida pelos alunos ou fornecida pela escola, também era incluída sob a vigilância do médico escolar. Segundo Rocha e Gondra (2002, p.509), os médicos-higienistas procuraram definir um modelo de escola primária que estaria “alicerçado na correção e prevenção, este modelo se articularia na confluência entre os objetivos da higiene escolar e da pedagogia científica, o que justificaria a articulação entre médicos e professores na obra de vigilância constante” em prol de uma sociedade civilizada. O país sofria então como uma séria de epidemias que se sobrepunham em um cenário de condições de higiene e habitação precárias (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 329).

#### *Difíceis momentos, exemplo incomum*

Neste contexto brasileiro, a historiadora Angela de Castro Gomes (2005, p.87) acentua que o que o “projeto anarquista almejava era uma revolução social e não apenas uma revolução política. Daí o privilégio da educação entendida como ampla formação cultural”. Isso explica a ênfase dada pelo jornal carioca *Voz do Povo*, o qual era dirigido na época da referida nota pelo anarquista e educador Orlando Corrêa Lopes (1872-1927). A escola recomendada para os filhos dos trabalhadores era a Escola Profissional Visconde de Mauá na qual o diretor era o próprio Corrêa Lopes e onde eram oferecidas refeições regulares a todos os alunos e não somente aos mais carentes. No jornal *A noite* do dia 11 de agosto de 1917 ele havia esclarecido que na oferta da sopa “participam todos os alumnos, indistintamente, pobres, remediados e ricos, justamente para que nenhum tenha necessidade de confessar a sua miséria” (LOPES, 1917, p. 5). Esta declaração é muito

interessante, visto que o mais comum, era a oferta de refeição somente aos alunos mais carentes. Além do mais, a preocupação com o fato de os alunos não terem que “confessar sua miséria” é relevante, pois expressa a frequente associação da oferta das refeições com a carência socioeconômica a qual esta política arrasta por séculos.

Segundo a pesquisa de Gaze (2013), Orlando Corrêa Lopes administrou esta escola profissionalizante de 1916 até 1927 com embasamento anarquista e obteve muito êxito, mesmo sendo este um período de intensa perseguição aos anarquistas. A Escola Profissional foi reconhecida como uma experiência educacional muito bem-sucedida e foi encarada como uma conquista da classe trabalhadora.

A Primeira Guerra Mundial havia deixado um rastro de brutalidade de dimensões inéditas e, ao contrário das outras guerras que tiveram “objetivos específicos e limitados” ela se apresentou com “metas ilimitadas” e proporcionou um panorama mundial no qual “política e economia haviam se fundido” (HOBSBAWN, 1995, p. 37). Este período da Grande Guerra pode ser caracterizado no Brasil pelo desenvolvimento de ideais nacionalistas às quais se somava uma conjuntura de elevação do valor dos gêneros de primeira necessidade, carestia, desempregos e recessão econômica (SCHWARTZ; STARLING, 2015). A escassez de alimentos era agravada pelas frequentes remessas que haviam sido enviadas às nações europeias, as quais no meio do conflito bélico buscaram alimentos em detrimento do café (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001, p.120).

Diversas manifestações de insatisfação por parte dos anarquistas aconteciam com a realização de comícios e greves nos quais, entre muitos outros pontos, era defendida a ideia de oferta de refeições escolares. No campo da educação, o nacionalismo se pôde perceber pela “ampla divulgação de livros didáticos com conteúdo moral e cívico” (NAGLE, 1974, p.44).

#### *Escolanovismo e merenda escolar*

De acordo com Nagle (1974, p. 241), o “liberalismo trouxe consigo não só a mensagem como a instrumentação institucional de remodelação da ordem político-social”. Isso possibilitou o declínio de velhos valores e a permissão de maior liberdade em diversos campos sociais. Sob este eido é que, segundo este mesmo autor, foi possível que a Escola Nova florescesse, por haver nesse período um desequilíbrio entre as forças sociais que dominavam e aquelas estavam prestes a emergir.

Mas apesar de viver à sombra do liberalismo, o movimento denominado escolanovismo no Brasil apresentou, segundo Kulesza (2010), um inegável e inédito atrelamento das reformas educacionais com o poder público. Outrossim, as iniciativas de

reformas, “quase que totalmente, estavam vinculadas à formação do professor primário e, portanto, deram-se no âmbito da Escola Normal”. Para este autor, havia uma lógica inegável no movimento, pois o “escolanovismo centrava a aprendizagem na criança, a qual, notadamente após a República, deveria ser educada na escola pública por professores formados pelo Estado em Escolas Normais tendo em vista a sociedade moderna” (KULESZA, 2010, p.6).

Entre o grupo de educadores brasileiros que contribuíram para a propagação deste pensamento, destaca-se para os fins deste artigo, Antônio Carneiro Leão (1887-1966), o qual era nesta data o Diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro, onde empreendeu uma reforma educacional de 1922 a 1926. Na sua administração ele tentou priorizar o papel do professor, criando “pioneiramente um curso de aperfeiçoamento para o magistério”. Também deu ênfase à higiene, aos cuidados com a assistência escolar, à saúde dos estudantes e à prática de educação física e de trabalhos manuais (ARAÚJO, 2002, p. 116). Nesse sentido, Carneiro Leão teve um papel importante na oferta da merenda escolar no Distrito Federal e por consequência, no Brasil, mesmo sem romper com o assistencialismo.

No expediente do dia 05 de novembro de 1924, no *Jornal do Brasil* (publicação do dia 06/11/1924), a Diretoria Geral de Instrução Pública (DGIP) noticiou a instituição do “Copo de Leite” na Escola Prefeito Alvim que se situava no Morro do Pinto, bairro de Santo Cristo, na região central do Rio de Janeiro. O informe era de que a partir do dia seguinte a Caixa Escolar iria distribuir o copo de leite “quotidianamente aos alunos impossibilitados de conseguirem merenda” por meios próprios (DIRECTORIA GERAL, 1924, p.14). Dois dias depois era noticiada a inauguração do “Copo de Leite” da referida escola. A nota jornalística ressalta a fala do Diretor Geral de Instrução Pública, Carneiro Leão, sobre a oferta: “eu não tenho cessado de encorajar essas obras, cujos fins materiaes e moraes são immensos”. Ele ressaltou ainda outros tipos de ajuda oferecidos pelas instituições de merenda escolar: “É o sapato, é a roupa, é a merenda, é o copo de leite que se distribuem e com elles e nelles a instrucção, a coragem, a alegria e a vida a uma multidão de sêres antes condenados á ignorancia e á fome” (O “COPO DE LEITE”, 1924, p. 6).

Torna-se evidente a convicção inerente na sociedade desse período sobre a corresponsabilidade da mesma no sentido de oferecer meios para que as crianças pudessem frequentar a escola. O discurso de Carneiro Leão na inauguração parece apelar para a caridade dos afortunados nas obras de benemerência que abrangiam a assistência escolar, apesar dele afirmar que seria um dever dar condições mínimas às crianças. Sônia

Camara (2011, p.24) reflete sobre o fato de que as políticas de intervenção social desse período estavam assentadas “na ideia de caridade” e desta forma “as práticas instituídas pelo Estado e pelos setores sociais acabaram transmutando o que seria direito”. Para participar da oferta do copo de leite, as crianças teriam que “confessar sua miséria”, assim como disse Orlando Lopes na década anterior, já que somente receberia o copo de leite quem fosse para a escola sem uma refeição que lhe servisse de almoço. É preciso esclarecer que em muitas escolas espalhadas pelo Brasil, a oferta da merenda escolar neste período histórico se reduzia a um mingau, oferecido na caneca, ou mesmo o copo de leite puro. Mingau preparado com leite (em pó ou *in natura*) e misturado com uma farinha de cereais (trigo, centeio, aveia, cevada) e açúcar. Esta farinha inicialmente vinha dos Estados Unidos e depois dos anos de 1960 passou a ser fabricada no Brasil, com tecnologia importada. Este panorama se estendeu por muitas décadas no território brasileiro (PINHO, 2015).

#### *Filantropia e Caixas Escolares*

A merenda escolar brasileira ter sido associada à frequência dos alunos às escolas pode refletir um contexto de proteção à infância pobre no Brasil e as formas com que esta proteção fora tratada no país na virada dos séculos XIX para XX. Sonia Camara afirma que “caridade, filantropia e assistência constituíram-se como faces de um discurso que, objetivando minimizar os efeitos decorrentes dos males advindos da pobreza” pretendiam socorrer a infância pobre. Desta forma pode-se dizer que nesse período, “o modelo de filantropia que se processou constituiu-se por tentativas de alianças estratégicas entre as iniciativas de cunho religioso, privado e a esfera estatal” (CAMARA, 2011, p. 37-38). Ressalta-se que a esfera estatal neste período refere-se aos estados da federação, já que eram então responsáveis pela educação em seus territórios.

Na gestão seguinte à de Carneiro Leão, a continuidade do pensamento higienista presente na escola pode ser entendida por meio do *Relatório do Director da Instrucção Publica* Dr. Renato Maurity Jardim (1867-1951) ao prefeito Antônio Prado Junior (1880-1955). O relatório foi publicado na íntegra no *Jornal do Brasil* do dia 30 de dezembro de 1926. Destaca-se a parte do relatório que tratou da alimentação escolar.

#### ASSISTENCIA ESCOLAR

Mais que algures, requer aqui a clientela das escolas publicas assistência medica, dentaria e... alimentar. Impressiona o aspecto de extrema pobreza da grande maioria da população escolar. São communs ah! Crianças cujo aspecto physico denuncia aos próprios leigos o estado de doença, as que revelam, no crescimento, retardo, na physionomia apathica ou no que ellas próprias narram, a falta de

alimentação suficiente. Bocas de mãos dentes ou denunciando a ausência de habito de asseio, são frequentes.

É indispensável prosseguir-se na obra da organização de assistência dentaria, bem, e louvavelmente começada: intensificar a assistência medica, levando-a em certos casos ao próprio domicilio do alumno, e desenvolver a “merenda escolar”, a assistência para o vestuário, assumpto esse dos mais interessantes para o Districto Federal e a proposito do qual, pelo que se ora pratica, haveria um hymno de louvores a erguer sobretudo aos professores, a expensas cuja modesta bolsa, quasi que só, se alimenta a Caixa Escolar de onde provêm os actuaes recursos para a assistência material aos alumnos pobres (JARDIM, 1926, p. 9).

O relatório do recém-empossado Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Renato Jardim, segundo Cunha e Silva (2013, p.82) foi fruto da análise sobre a situação da educação carioca e acabara, devido ao conteúdo crítico, por indicar “uma série de problemas, despertando assim a hostilidade dos ocupantes dos mais altos cargos”. No ano seguinte, 1927, Renato Jardim renunciou dando lugar a Fernando de Azevedo (1894-1974), o qual iniciou uma reforma na educação pública baseada no relatório de seu antecessor, contando com a ajuda deste (CUNHA; SILVA, 2013, p.83). O presidente da República de então era Washington Luiz (de 1926 até 1930).

É preciso destacar uma importante fala deste relatório no que se refere ao fato da Caixa Escolar ser financiada pelos próprios professores da escola. Na última parte o autor ressalta que os professores mantinham a Caixa Escolar com seus salários (denominados “bolsas”) e que isso era digno de “louvores a erguer” (JARDIM, 1926, p. 9). É importante fazer uma reflexão a respeito do fardo que se applicava ao professor. A assistência escolar pesava sobre o professor que com seu salário promovia a possibilidade de alunos com carência socioeconômica de frequentarem as aulas. As caixas escolares, por serem mantidas pela sociedade civil, não tinham regularidade de receita e por isso recaía sua manutenção aos professores. O pesquisador Antônio de Pádua Lopes (2011, p.59) acentua que “sob os docentes primários pesaram muitas esperanças de redenção e iluminação da população e muitas críticas pela frustração das esperanças”. Pelos indícios levantados neste artigo, é possível perceber que parte destas esperanças e frustrações também eram dispendidas na oferta de refeições no ambiente escolar pelo Brasil afora.

Gradativamente as escolas do Distrito Federal sob a administração de Fernando de Azevedo passaram a ofertar a merenda, que continuava a ser financiada pela Caixa Escolar, mantida financeiramente pela iniciativa caritativa da comunidade escolar e professores. Este indicativo pode ser levado em conta na afirmação da mensagem do prefeito Antônio Prado Júnior para o Conselho Municipal do Rio de Janeiro proferida no

dia 01 de junho e publicada no dia 04 de junho de 1929 no jornal *O Paiz*. A mensagem dava conta de colocar o conselho a par dos acontecimentos administrativos do período na prefeitura. A parte que se refere à merenda escolar foi intitulada *Instrução Publica*, com o subtítulo de *Assistencia Escolar* e declarava:

As instituições de assistencia escolar estão em perfeito funcionamento. Fundaram-se em quasi todos os districtos, caixas escolares que auxiliam os alumnos pobres das escolas, fornecendo-lhes merenda, o copo de leite ou prato de sopa, e ainda vestuario e livros. A merenda escolar merece cuidados especiais da inspecção medica e em poucos mezes do anno passado foram fornecidas nas Ilhas do Governador e Paquetá para cima de 16.000 refeições a creanças subnutridas (ASSISTENCIA ESCOLAR, 1929, p.7).

Importa perceber que, de acordo com o documento, as refeições estavam sob os cuidados da inspeção médica escolar e que a oferta era direcionada para os alunos pobres. Deveras esta assertiva se applicava à maioria das escolas. Porém, como já afirmado, algumas não faziam distinção entre quem iria merendar como, por exemplo, a Escola Profissional Marechal Hermes que disponibilizava refeições para todos os alunos. Ao arrepio do que parece indicar a nota, apesar de ser parte do relatório de atividades do Distrito Federal e estar sob os cuidados do Serviço de Inspeção Médica, o financiamento das refeições oferecidas não era realizado pelos governos, mas sim pela Caixa Escolar, mantida pela benemerência social.

Mais longe da Capital do país, em Vitória, no Espírito Santo, uma iniciativa do Grupo Escolar Gomes Cardim no ano de 1930 é digna de menção. A nota publicada no *Diario da Manhã (ES)* no dia 31 de agosto, sob o título *Sopa Escolar*, fez o relato de uma reunião ocorrida no Grupo Escolar.

De accordo com a deliberação tomada pela directoria do Círculo de Paes e Professores deste estabelecimento de ensino, a sopa escolar está sendo distribuida, indistinctamente, a todos os alumnos.

Attendendo á mesma deliberação, será enviada aos srs. paes de recursos sufficientes, a circular cujo assumpto é o seguinte: “Ilmo. Sr.: Estando instituído o prato de sopa no Grupo Escolar ‘Gomes Cardim’ para a distribuição a todos os alumnos, sem distincção, o que vimos fazendo quotidianamente, apelamos para os vossos sentimentos de humanidade, no sentido de contribuir, com o que estiver ao vosso alcance, cuja a quantia, embora pequenina, será recebida com agrado. Ainda participamos que, o vosso filho, ao contrario de comprar, em taboleiros, doces que, na sua maioria, são tão prejudiciais á saúde, em virtude da maneira inescrupulosa por que são vendidos, deve preferir a sopa, bastante recommendavel por ser mais substancial e economica.

Certos de que nosso appello encontrará agasalho no vosso espirito filantrópico, aguardamos, com prazer a vossa resposta, pelo que ficamos gratos”. [esta obra] é de real benefício mormente ás creanças pobres (GRUPO ESCOLAR, 1930, p.4 – grifo das autoras).



O Grupo Escolar Gomes Cardim foi o primeiro grupo escolar do Espírito Santo, instituído na capital capixaba, juntamente com outro em Cachoeiro de Itapemirim. Ambos criados no ano de 1908 (FRANCO; ASSIS, 2013). No momento histórico da nota jornalística, o Secretário de Educação do estado era o Attilio Vivacqua (1894-1964), que viria a ser um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros de 1932. “As idéias e as ações político-educacionais de Vivacqua marcaram a presença do Estado do Espírito Santo nos movimentos nacionais de vanguarda nas áreas da educação e da cultura” (SIANO, 2002, p. 170). Por este motivo optou-se por trazer o caso deste Grupo Escolar.

No ano de 1928, Vivacqua, educador conhecido pelos ideais progressistas via “a instituição escolar como fator de transformação social” e acreditava ser fundamental uma formação ampla e adequada do professor. No que concerne à assistência escolar, ele instituiu o fundo escolar (por meio da Lei estadual 1.963/1928) com a intenção de o estado manter as caixas escolares para que estas dessem suporte aos alunos carentes por meio de calçados, vestuário e da merenda escolar. Esta lei capixaba pode ter propiciado a motivação para que o grupo Escolar Gomes Cardim passasse a oferecer a sopa escolar para todos os alunos e não só para os mais carentes, como usual no período. É interessante o fato de que, segundo Lúcia Siano (2002, p.173) sob a administração de Atillio Vivacqua na Secretaria de Educação do Espírito Santo, o estado chegou a “possuir 25 caixas escolares, sendo que 11 fundadas na gestão” dele. Este fato é muito peculiar, visto que o Distrito Federal não mantinha regularidade de ajuda institucionalizada às caixas escolares nesse mesmo recorte histórico. Entretanto, o estímulo ao financiamento das Caixas Escolares promovido por Vivacqua não frutificou por ele ter sido deposto do cargo com a Revolução de 1930.

#### *Em prol da merenda escolar*

A merenda também era preocupação da recém-criada Federação Nacional das Sociedades de Educação que na sua sessão de 03 de setembro de 1929 teve uma proposição denominada *Alimentação dos escolares* apresentada pelo Dr. Oscar Clark (1890-1948), então chefe dos inspetores médicos municipais do Distrito Federal.

Por toda a parte e mui especialmente, nas grandes cidades, é elevado o numero de crianças mal alimentadas que, por isso, são indiferentes a tudo; tornam-se atrasados pedagogicos; [...]

A apathia, a tristeza, a debilidade physica, o olhar inexpressivo e a magreza dessas crianças mal nutridas constituem mesmo uma das scenas deprimentes mais communs nas grandes agglomerações humanas, mas, graças á campanha tenaz de verdadeiros missionarios,

sustentada nesses últimos deccenios por medicos escolares de alguns paizes civilizados, operou-se verdadeira revolução na mentalidade dos pedagogos e homens do governo que, assim, passaram a dispensar, qual nos tempos da civilização hellenica, a maior atenção ao physico dos alumnos. [...]

A merenda escolar não tem por fim nutrir, apenas, ás crianças; offerece boa oportunidade ao inspector medico para ensinar o valor dos alimentos para o desenvolvimento do organismo e aos alumnos para dar-lhes conhecimento do *custo* dos materiaes empregados em sua confecção.

Por fim, não é para dispensar o valor educativo de uma refeição em commum, durante a qual devem ser cultivados, não só os hábitos de hygiene individual, como as boas maneiras de tão grande importância em taes occasiões.

Em summa, a merenda escolar suppre a uma necessidade physiologica; é factor importante na prevenção de doenças e oferece bella oportunidade, não só para a instituição de habitos higienicos e de boas maneiras entre os escolares, como para a realização de um curso pratico sobre economia domestica (CLARK, 1929, p. 7).

O médico Oscar Clark procurava refletir sobre a atuação da medicina escolar, dando aos médicos escolares o status pela responsabilidade da campanha de sensibilização de todos os sujeitos envolvidos na Educação sobre a importância da alimentação escolar, não somente como complementação nutricional, mas também como chance de “aprender pelo exemplo” as práticas alimentares saudáveis<sup>4</sup> (CLARK, 1929, p.7). Clark foi um intelectual médico que se empenhou no projeto de expansão da oferta das merendas escolares no Brasil, em especial no Rio de Janeiro. Trabalhou intensamente na divulgação da importância da alimentação adequada para o aprendizado infantil, publicando diversos artigos em jornais e periódicos médicos da época. E, como fruto do seu tempo, pregava a higiene como meio civilizatório. Encarou a nutrição como fundamental para a saúde e dedicou seus esforços para promover uma alimentação melhor para os escolares (SILVA, 2017, p.258).

Um resumo do relatório de atividades do Serviço de Inspeção Médica Escolar do Distrito Federal, referentes aos meses de março, abril e maio de 1930 e preparado por Oscar Clark, foi publicado no dia 04 de julho de 1930 na *Gazeta de Notícias*. A nota relatou que as atividades realizadas correspondiam àquelas que foram propostas pela reforma de Fernando de Azevedo. Também havia a descrição das visitas escolares realizadas pelos médicos e dentistas, com detalhes do número de visitas, exames realizados em alunos, professores e funcionários das escolas, exames laboratoriais, vacinações, encaminhamentos hospitalares, consultas dentárias e os procedimentos relativos à mesma e, por fim, a distribuição da merenda escolar conforme descrito:

Pratos de sopa: 163.080; copos de leite: 151.672; chicaras de chocolate: 9.853; pratos de mingão: 14.373; pratos de cangica: 6.662; merendas diversas: 10.734; pão com banana: 5.310; pão com manteiga: 49.274; sandwicks: 6.841; arroz doce: 3.912; chicaras de café: 7.683; pratos de aletria: 922; pães com doce: 600; Total das refeições: 440.416 (INSPECÇÃO MÉDICO-ESCOLAR, 1930, p.5).

O detalhamento do tipo de refeição servida é muito interessante no sentido de qualificar quais tipos de refeições eram servidos nesse período. Na busca por informações sobre o número total de matrículas no ano de 1930, só foram encontradas as informações do ano de 1933. Desta forma, apresenta-se aqui esta informação como uma base, mas sem exatidão. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 1933 o número total de matrículas no Distrito Federal foi de 225.503 alunos nos diversos segmentos e de 166.644 alunos no Ensino Primário (INE, 1936, p.327; 344). Ao se examinar estes números, é possível concluir que as refeições oferecidas no semestre referido não conseguiram cobrir todos os dias letivos dos alunos matriculados no Ensino Primário (“total de refeições: 440.416 e 166.644 alunos no Ensino Primário”). Há de se relembrar que as refeições oferecidas estavam sob as expensas da Caixa Escolar e, por conseguinte, fruto dos esforços dos professores ao apelar para a caridade da sociedade.

Às vésperas da Revolução de 1930, a administração de Fernando de Azevedo na Instrução Pública Municipal do Rio de Janeiro teve que enfrentar as críticas em relação ao seu processo de reforma educacional. De acordo com a ata da Reunião do Conselho Municipal do Rio de Janeiro do dia 04 de setembro de 1930, um dos conselheiros, Dormund Martins, afirmava que Azevedo preteria outras escolas em prol de obras dispendiosas na Escola Normal, além de defender que a reforma não tinha um programa de acompanhamento da atuação dos professores. Mesmo com a defesa de outros conselheiros e a dúvida de outros tantos, a discussão ficara bastante acalorada.

Esta ata foi publicada no *Jornal do Commercio* no dia 07 de setembro de 1930. Nela o conselheiro crítico leu uma carta de um Inspetor Escolar anônimo que fazia parte da instrução pública desde outras administrações. Na carta, entre outras acusações ácidas, o Inspetor falou sobre “elementos perturbadores da aula”, entre eles o serviço obrigatório de sopa escolar. Para o Inspetor, um erro grave era designar o professor para tal serviço, o que comprometeria a aula. “Desviar as professoras de suas funções lectivas para forçá-las a tarefa de dispenseiras, cosinheiras e copeiras dos alumnos é insensato e revoltante”. O inspetor anônimo defendia a oferta de merendas que fossem mais fáceis de preparar, como pães com queijo ou carne e frutas, pois o horário de 4 horas e 30 minutos não seria suficiente para dar conta de todos os processos pedagógicos aliado aos outros “elementos

perturbadores” como dentistas, médicos e “instructores de gymnástica” e reiterava que todo o professorado concordava neste ponto.

Além disso, ele apontou a falta de cozinhas adequadas do ponto de vista higiênico para tal oferta. Outro ponto de destaque foi a queixa do Inspetor sobre a diminuição da autoridade de sua função em relação ao médico escolar, ao qual havia sido dado “propositalmente” prestígio para “desautorização” do inspetor escolar (CONSELHO MUNICIPAL, 1930, p.24).

Esta crítica retrata a desconfiança que ocorreu por parte da sociedade frente à mudança proposta na Reforma Educacional, no Rio de Janeiro bem como em outros estados. Além do mais, também pode mostrar as dificuldades práticas – em especial de pessoal qualificado para as funções extras na escola – e a sobrecarga de funções acumuladas pelos professores. Segundo Faria Filho e Vidal (2000), Fernando de Azevedo tinha consciência da defasagem da estrutura das escolas primárias quando chegou à Direção Geral de Instrução Pública, em 1927. No entanto, o modelo arquitetônico (neoclássico) determinado por ele como o ideal para os grupos escolares foi muito dispendioso, o que lhe rendia muitas críticas, assim como esta destacada no *Jornal do Commercio*. Em relação à ata do dia 04 de setembro de 1930, havia resistência em aceitar um novo modelo de escola, o que se faz perceber quando o Inspetor Escolar anônimo declara que as aulas extracurriculares são “elementos perturbadores”.

Já aqui, nos que viriam a ser os últimos anos da Primeira República, nota-se uma clara defesa da alimentação escolar como um dos elementos importantes a serem oferecidos pela escola. Como evidenciado por esta carta anônima supracitada, a merenda escolar deveria ser ofertada, mas não sob a responsabilidade do professor.

Ao final de sua gestão (a qual foi obrigado a deixar em razão da derrubada do governo), em 1930, Azevedo havia conseguido terminar nove grupos escolares no modelo proposto, com um gasto vultoso para os cofres públicos. Infelizmente, “o plano de edificação escolar de Azevedo mostrava-se insatisfatório num momento em que se pregava a ampliação da população brasileira no interior do ensino público primário” (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 29). Sendo assim, conclui-se que parte das queixas seria verídica em relação à inexistência ou à precariedade de cozinhas capazes de fornecer uma refeição de qualidade. Outrossim, a responsabilização dos professores em produzir, servir e até mesmo custear as refeições está longe de ser uma estratégia adequada no processo de melhoria da nutrição do escolar. Em qualquer tempo.

A nova perspectiva com que se olhou para a escolarização primária pretendia ver a escola como uma instituição social e não simplesmente de caráter “humanitário”. Nagle (1974, p.214) aponta que a reestruturação do currículo, a inclusão de novas matérias e de atividade extracurriculares viriam a “transformar a natureza e as funções da ‘velha’ escola primária, bem como ampliar o seu raio de ação”. No entanto, este autor acentua que o Estado, mesmo diante de transformações sociais ocorridas neste período, colocou-se a “serviço da classe dominante” e se desdobrou para “atender às exigências e reivindicações do momento” e por fim acabou por preservar “determinada estrutura social”.

A estrutura social foi se tornando mais complexa à medida que a industrialização aumentou no decorrer dos anos de 1920. O crescimento da população trazia novas demandas e um novo perfil de urbanidade, em contraste com um crescente êxodo rural. A concentração populacional foi mais intensa nas grandes cidades. “O Rio de Janeiro seria o coração da República, São Paulo a cabeça, e anos depois viria Belo Horizonte, a cidade que a República imaginou à sua imagem e semelhança, e que se tornou a primeira urbe planejada do Brasil” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 326). Este quadro marcou a região Sudeste como eixo econômico do país.

Para Chaves (2006, p. 111), apesar do Rio de Janeiro ter deixado de ser o centro econômico, ele continuou sendo “o centro decisório da luta política do país” isto porque “São Paulo, ao consolidar o seu parque industrial, vai precisar cada vez mais do apoio do Estado nacional, cuja organização burocrática encontra-se em solo carioca”. A industrialização ganhou força à medida que o próspero setor de exportação de café havia transferido seus lucros para o setor industrial por força da Depressão de 1929 (ROMANELLI, 1985, p. 48).

A crise causada pela Grande Depressão abalou como nunca a maior parte dos países. No Brasil, suas marcas foram sentidas pela “alta dos preços, o desemprego, a perda do valor de compra da moeda” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 360) e ao fim do governo de Washington Luís – que viria a ser deposto – as medidas tomadas foram ineficazes para reverter o quadro. Este então era o cenário que abriria espaço para a Revolução de 1930.

É necessário pontuar que o ato de se alimentar para os seres humanos ultrapassa a característica natural de necessidade fisiológica de se nutrir e evidencia o “resultado e representação de processos culturais que preveem a domesticação, a transformação, a reinterpretção da natureza” (MONTANARI, 2013, p. 15). A merenda escolar terminava esse período recebendo mais atenção e começava a se firmar como prática escolar e povoar o imaginário da comunidade escolar. As sopas, leites e ofertas de almoço

começam a fazer parte do que Vidal e Schwartz (2011, p. 18) chamam de fazeres do cotidiano dentro da escola, entretanto, ainda estavam atrelados à caridade e ao processo de sanar a fome e longe de se constituírem um direito.

Conclui-se então que o conjunto de documentação aqui analisado evidencia que nas três primeiras décadas da Primeira República Brasileira já havia uma preocupação em torno de uma oferta mais efetiva da alimentação no ambiente escolar. Entrementes, as empreitadas descentralizadas dos estados que compunham a Federação foram muito dispersas. Pode-se dizer que houve pouca eficácia dos governos estaduais em promoverem a frequência de alunos mais carentes porque se limitaram a instituírem as Caixas Escolares como obrigatórias sem, no entanto, reservarem recursos financeiros para a sua manutenção. Gradativamente as escolas passaram a ofertar a merenda, que continuou a ser financiada pela Caixa Escolar, mantida financeiramente pela iniciativa caritativa da comunidade escolar e pelos professores.

## Referências

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. Antônio de Arruda Carneiro Leão. Verbete. In: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J.M. (orgs.). *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC- Inep-Comped, 2002. p. 114-122.

ARAÚJO, Vânia. A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: FARIA FILHO, Luciano; ARAÚJO, Vânia. (orgs.). *História da Educação e da assistência à infância no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 171-204.

ASSISTENCIA ESCOLAR. Mensagem, ao Conselho Municipal, lida, na sessão do dia 1, pelo Prefeito Sr. Antonio Prado Junior. Jornal *O Paiz* dia 04 de junho de 1929. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&PagFis=10775&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=10775&Pesq=merenda%20escolar) Acesso setembro de 2019.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, Dec. 2001. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400013&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 June 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400013>.

BEZERRA, José Arimatéia Barros. Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da Política de Alimentação Escolar no Brasil (450-468). In: CAVALCANTE, M. J. M. (org.). *Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais*. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

BRASIL. *Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879*. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em 15 agosto de 2019.

BURLANDY, L.; ANJOS, L.A. Acesso à alimentação escolar e estado nutricional no Nordeste e Sudeste do Brasil, 1997. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(5):1217-1226, mai, 2007.

CAIXAS ESCOLARES. Jornal *A Época* dia 27 de agosto de 1915. Edição 01098. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20191> Acesso em 12 fev 2019.

CAMARA, Sonia. Infância pobre e instituições assistências no Brasil republicano. In: FARIA FILHO, L.M.; ARAÚJO, V.C. (orgs.). *História da Educação e da assistência à infância no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 17-56.

CARVALHO, Julio Oscar Novaes de. *Relatorio* da Escola “Quinze de Novembro” apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J.J. Seabra (Ministro da Justiça e Negocios Interiores) pelo Director Julio Oscar Novaes de Carvalho. Fevereiro de 1905. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=873837&PagFis=7371&Pesq=congresso%20de%20higiene%20escolar> Acesso em 03 setembro de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras? *Revista Rio de Janeiro*, n. 8, p. 101-114, set./dez. 2002.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *História Social da Infância no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Rosana Areal; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. As escolas católicas de prestígio no Rio de Janeiro: as razões da distinção. In: LOPES, Sonia de C.; CHAVES, Miriam W. *A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e Igreja*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012. p.141-154.

CLARK, Oscar Castello Branco. Federação Nacional das Sociedades da Educação. Publicada no *jornal O Paiz* do dia 13 de setembro de 1929. Hemeroteca Digital Brasileira. Ano 1929. Edição 16399. Ocorrência 7/7. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&PagFis=39589&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=39589&Pesq=merenda%20escolar) Acesso em setembro de 2019.

COIMBRA, Marcos; MEIRA, João Francisco Pereira de; STARLING, Mônica Barros de Lima. *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Belo Horizonte: Ministério da Educação; mar. 1982. 685 p

CONSELHO MUNICIPAL do Rio de Janeiro. Ata do dia 04 de setembro de 1930 publicada no *Jornal do Commercio* do dia 07 de setembro de 1930. Hemeroteca Digital Brasileira. Edição 214. Ocorrência 1/5. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_12&PagFis=5265&Pesq=merenda%20escolar%20+%20fernando%20azevedo](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_12&PagFis=5265&Pesq=merenda%20escolar%20+%20fernando%20azevedo) Acesso setembro de 2019.

CORREIO PAULISTANO. *Notas*. 08 de novembro de 1919. N. 20.241. São Paulo. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&PagFis=51084&Pesq=merenda%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=51084&Pesq=merenda%20escolar) Acesso em 12 de fev de 2019.

CUNHA, Marcus Vinícius da; SILVA, Tatiane da. Concepções políticas e educacionais de Renato Jardim na década de 1930. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, nº 53, p. 78-91, out 2013, p. 78-91. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640194/7753> Acesso em 18 de março de 2019.

DIRECTORIA GERAL de Instrução Publica. *Jornal do Brasil* dia 06 de novembro de 1924. Hemeroteca digital Brasileira. Ano 1924. Edição 0269. Ocorrência 4/18. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&PagFis=28115&Pesq=carneiro%20leao%20+%20merenda](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&PagFis=28115&Pesq=carneiro%20leao%20+%20merenda) Acesso em 24 de setembro de 2019

EM FAVOR DA INFANCIA POBRE. *Jornal O Paiz*. Dia 31 de agosto de 1908. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691\\_03&pagfis=17020](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pagfis=17020) Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, Nº 14 . p. 19-34. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03> Acesso setembro de 2019.

FRANCO, Sebastião Pimentel; ASSIS, Elezeare Lima. Considerações sobre o Grupo Escolar Gomes Cardim no contexto da Educação Primária no Espírito Santo da Primeira República. *Revista Ágora*, Vitória, n. 18, 2013, p. 65-76

GAZE, Isabella Paula. *ORLANDO CORRÊA LOPES: a gestão de um anarquista na Escola Profissional Visconde de Mauá (1916-1927)*, Dissertação de mestrado. PPG em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Orientadora Angela Maria Souza Martins. Rio de Janeiro, 2013.

GOMES, Angela de Castro. O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v.9 n. 25, p.1-136, maio-ago. 2014. Disponível em [http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa/Revista\\_SSociais\\_25web.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa/Revista_SSociais_25web.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=cc6b27dc-5b8d-4e2f-9318-0d1a7c84e2aa) Acesso em 16 out 2019.

GRUPO ESCOLAR “Gomes Cardim”. Sopa Escolar. Nota publicada no jornal *Diario da Manhã* no dia 31 de agosto de 1930. Edição 2419(1). Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=572748&pesq=Dumas%20+%20merenda&pasta=ano%20193> Acesso em outubro de 2019.

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, D. (org.). *Estado e Políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010. p. 219-252.



INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Ano II-1936. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>

INSPECÇÃO MÉDICO-ESCOLAR. Os serviços medico-dentários escolar durante o 1º semestre do corrente ano. Publicado na *Gazeta de Notícias* do dia 04 de julho de 1930. Ano 1930/Edição 156. Ocorrência 1/3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_06&pesq=Dumas%20+%20merenda&pasta=ano%20193](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_06&pesq=Dumas%20+%20merenda&pasta=ano%20193) Acesso outubro de 2019.

JARDIM, Renato. Relatório sobre a Instrução Pública no Distrito Federal. *Jornal do Brasil* dia 30 de dezembro de 1926. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_04&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_04&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20192) Acesso em 15 março de 2019.

KULESZA, Wojcieh Andrzej. Genealogia da Escola Nova o Brasil. *Revista Educação em foco UFJF*. Juiz de Fora. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2010/02/061.pdf> Acesso em 10 set 2019.

LEONZO, Nanci. A propósito do Beribéri. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, v.5, n. 2, 2012. Disponível em <file:///D:/Perfil/Downloads/Dialnet-APropositoDoBeriberi-4807266.pdf> Acesso em 03 setembro 2019.

LOPES, Orlando Corrêa. Nota publicada no jornal *A noite* no dia 11 de agosto de 1917. Edição 2030. Hemeroteca digital brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_01&PagFis=11182](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=11182) acesso em setembro de 2019.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Profissão docente, formação de professores e instituições escolares. In: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos (orgs.). *História da profissão docente no Brasil*. v.7. Vitória: EDUFES, 2011. p.59-78.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. Brazilian school food policy: Social representations and marks from the past. *Education Policy Analysis Archives*, vol.24, nº 66, 1-34, 2016. Doi:<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.24.2241>.

“MERENDA ESCOLAR” DE RIO PRETO, *Revista Educação e Pediatria*, Anno I, N.I, junho de 1913, p.66. Rio de Janeiro. Directores proprietários: Franco Vaz (director da Escola Premunitória 15 de Novembro) e Dr. Alvaro Reis (médico do Hospital de crianças do Rio de Janeiro). Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305774&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20191> Acesso em 12 de fev de 2019.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. Trad. Letícia Martins de Andrade. 2.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

MORAES, Margarete Farias de; LEITE, Juçara Luzia. Os dissensos nos discursos médicos sobre a saúde do escolar: o caso das inspetorias escolares no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *Dimensões*, vol. 34, 2015, p. 204-227. ISSN: 2179-8869.

NA ESCOLA PROFISSIONAL masculina. *Correio Paulistano* dia 09 de março de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&PagFis=28275&Pesq=sopa%20escolar](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=28275&Pesq=sopa%20escolar) Acesso em 15 de fev 2009.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU/Ed.USP, 1974.

NOTAS OFFICIAES. *Jornal do Brasil* dia 28 de junho de 1924. Ano 1924. Edição 155. Ocorrência 189. Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_04&pasta=ano%20192&pesq=%22Notas%20officiaes%22](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=%22Notas%20officiaes%22) Acesso em 15 fev 2019.

O “COPO DE LEITE” nas escolas municipais. *Jornal do Brasil* dia 08 de novembro de 1924. Ano 1924/edição 269. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_04&pasta=ano%20192&pesq=%22Se%20estas%20s%C3%A3o%20pobresinhas,%20desherdadas%20da%20sorte%22](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=%22Se%20estas%20s%C3%A3o%20pobresinhas,%20desherdadas%20da%20sorte%22) Acesso em setembro 2019.

O HORARIO NAS ESCOLAS publicas municipais. *Revista Educação e Pediatria*, Anno I, N.I, junho de 1913, p. 64. Rio de Janeiro. Directores proprietarios: Franco Vaz (director da Escola Premunitoria 15 de Novembro) e Dr. Alvaro Reis (médico do Hospital de crianças do Rio de Janeiro). Hemeroteca Digital Nacional. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305774&pesq=merenda%20escolar&pasta=ano%20191> Acesso em 12 de fev de 2019.

OS GRUPOS E AS CAIXAS ESCOLARES, *Jornal O paiz* dia 20 de novembro de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_04&pesq=caixa%20escolar%20+%20merenda&pasta=ano%20191](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=caixa%20escolar%20+%20merenda&pasta=ano%20191) Acesso em 16 agosto de 2019.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORI, Mary del (org.). *História das crianças no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.347-375.

PAULILO, André Luiz. A infância cercada: as políticas de controle da população escolar nas reformas educacionais do Distrito Federal entre 1922 e 1935. In: LOPES, S.C.; CHAVES, M.W. (orgs.). *A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja*. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2012.

PINHO, Francine Nogueira Lamy Garcia. *Merenda escolar brasileira: marcas da história na adesão e nas representações sociais*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, RJ. Orientação Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Alicia Martínez, 2015.

RIO DE JANEIRO. Diário Oficial da União. *Decreto 1.058 de 29 de janeiro de 1916*. Dá regulamento ao serviço de inspeção medica escolar. Hemeroteca Digital Brasileira.

Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&PagFis=6285&Pesq=in spec% c3% a7% c3% a3o% 20medica% 20escolar> Acesso em agosto de 2019.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. GONGRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. *Perspectiva*, Florianópolis, v.20, n.02, p.493-512, jul./dez. 2002.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Entre o exame do corpo infantil e a conformação da norma racial: aspectos da atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.371-390

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIANO, Lúcia Maria França. Atílio Vivacqua. Verbete. In: FÁVERO, M.L.A; BRITTO, J.M. (orgs.). *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC- Inep-Comped, 2002. p. 114-122.

SILVA, Henrique Mendonça da. *A higiene escolar além das palavras: Oscar Clark e o tratamento médico escolar*. Campinas, 2017. Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Heloísa Helena Pimenta Rocha. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

SOPA ESCOLAR. *Correio Paulistano* dia 28 de janeiro de 1913. p.6. Edição 17786. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&pesq=sopa%20escolar&pasta=ano%20191](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=sopa%20escolar&pasta=ano%20191) Acesso em 15 fev 2019.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. *Merenda Escolar: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças*. Tese de doutorado. Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sophia Cornbluth Szarfarc. Univ. de São Paulo, São Paulo, 1997.

---

<sup>1</sup> Este perfil só mudaria teoricamente com a oficialização do programa pelo governo federal em 1955/1956, quando foi declarado que a refeição era para todos os alunos do ensino fundamental da escola pública. Na prática não foi assim linear porque a oferta se mostrou insuficiente, qualitativa e quantitativamente, para abranger o que preconizava na legislação. Sabe-se que em grande medida, os rincões do país ficaram até a virada de século XXI com uma cobertura precária. (BURLANDY; ANJOS, 2007; BEZERRA, 2003; STEFANINI, 1997).

<sup>2</sup> É considerável ressaltar que no percurso da pesquisa apresentada aqui foi encontrado outro tipo de caixa que se denominava Caixa Econômica Escolar. Esta última era bem diferente daquelas caixas nas quais se debruça aqui, pois estas eram formadas por depósitos realizados pelos pais dos alunos, uma espécie de poupança repassada à Caixa Econômica Federal, que seria retirada quando do término dos estudos do aluno. Ambas foram tratadas no decreto expedido por Leôncio de Carvalho em 1879.

<sup>3</sup> As fontes alimentares principais são as carnes, os cereais integrais e as leguminosas. O beribéri é uma condição nosológica associada à pobreza, já que suas fontes alimentares têm valor financeiro mais elevado e necessitam ser comidos em quantidades adequadas para que supra a necessidade de tiamina. Ainda hoje, mesmo com a causa sendo indubitavelmente a deficiência da vitamina B1, a doença é de difícil diagnóstico

---

devido aos sintomas inespecíficos no início. Ela ainda acomete a população brasileira, em especial àquela mais carente e com alimentação monótona.

<sup>4</sup> O termo utilizado por Clark (1929) “aprender pelo exemplo” vinha sendo disseminado no meio científico, em especial após a Primeira Guerra. Os médicos escolares franceses e brasileiros, referidos por Clark nesta exposição, defendiam a forma de aprender a higiene pelo exemplo com atividades práticas dentro da escola.

Artigo recebido em 3 de julho de 2020  
Aceito para publicação em 17 de setembro de 2020